

1 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE**
2 **BELO HORIZONTE – CMAS/BH**

3
4 **Ata da 96ª Plenária do Conselho Municipal de**
5 **Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH**
6

7 Aos vinte e três de agosto de 2006, no auditório da Casa dos Conselhos, situado na Rua
8 Eurita, 587 – Bairro Santa Tereza, foi iniciada a 96ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal
9 de Assistência Social – CMAS/BH. A presidente Sandra Regina Ferreira Barbosa iniciou a
10 reunião fazendo a leitura das justificativas de ausências dos seguintes conselheiros: Luiz
11 Fernando de Abreu Xavier; Leandro Carvalho Silva; Hércules Marques de Sá; Mirtes Pereira
12 Lopes; Zenigton Balbino de Moraes Júnior; Virgínia Miranda Purisco; José Gomes de Azevedo
13 e Mário Delavy. Em seguida, Sandra fez a leitura e apresentação das substituições de
14 conselheiros, sendo: João Oscar de Souza Costa, titular da Secretaria de Administração
15 Regional Municipal Venda Nova; Jurema Luzia Ribeiro Pereira, Titular da Secretaria Municipal
16 de Planejamento, Orçamento e Informação e o Suplente Luiz Henrique Fernandes Vieira;
17 Marluce de Castro Kfuri Bicalho passou assumir a titularidade do Conselho Municipal de
18 Pessoas Portadoras de Deficiência e sua suplente passou a ser Luzia Paulina Silva Zolini.
19 Logo após, Sandra lembrou que conforme deliberação da plenária anterior não haveria leitura
20 da Ata no momento da plenária. Ela perguntou se todos receberam a Ata e solicitou que
21 fossem apresentados destaques para alterações da Ata. Discutidas as modificações e
22 correções apresentadas pelos conselheiros presentes com relação a Ata, a mesma foi
23 colocada em votação e aprovada com 27 votos. Em seguida, a presidente Sandra Regina
24 apresentou os pontos de pauta: 1) Apresentação do Detalhamento do Quadro de Recursos
25 Humanos da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAAS; 2) Apresentação e
26 discussão da Renovação da Inscrição de Entidades de Educação; 3) Avaliação do Processo
27 Eleitoral para Mudança da Representação da Sociedade Civil para o Biênio 2007-2008; 4)
28 Previsão Orçamentária dos Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para 2007.
29 Sandra falou que não será apresentado nesta plenária (conforme ofício de convocação
30 enviado) um dos pontos de pauta, Prestação de Contas do 1º Semestre de 2006, devido ao
31 encaminhamento dado de formação de um grupo de trabalho para pensar instrumentais mais
32 didático para apresentação da prestação de contas. Sandra lembrou que este ponto já foi
33 anteriormente pautado e que a Comissão de Financiamento ao analisar a prestação solicitou
34 algumas mudanças na forma de apresentação, deixando mais claro quais os serviços que
35 estão os recursos e como está sendo gasto. Concluiu dizendo que será adiado este ponto para
36 a próxima plenária. Logo após, passou para a representação da Secretaria o 1º ponto de pauta
37 – Apresentação do Detalhamento do Quadro de RH da SMAAS. A representante da Secretaria
38 Fabrícia Cristina de Castro Maciel, técnica da Gerência de Coordenação da Política de
39 Assistência Social justificou a ausência do outro representante Mário César Rocha Moreira por
40 estar participando de um Curso de Gestão de Pessoas. Fabrícia iniciou a apresentação
41 fazendo uma pequena introdução, disse que o Núcleo de Gestão de Pessoas foi criado em
42 2005 e que é uma iniciativa nova e uma conquista da política, inclusive dos trabalhadores da
43 área da Assistência Social. Falou que é composto por uma técnica e um estagiário e que em
44 2006 foi integrado ao Núcleo mais uma pessoa. Disse que a partir do Fórum dos
45 Trabalhadores e da Jornada dos Trabalhadores viu-se a demanda e a necessidade de se
46 construir um Núcleo que tenha pessoas com perfil para trabalhar as questões de gestão de
47 pessoas e gestão de recursos humanos. Disse que Débora Lobo, analista de políticas públicas,
48 foi trabalhar recentemente no Núcleo e que o mesmo já havia construído uma proposta de
49 Política de Recursos Humanos. Essa proposta é composta de três eixos: Falou que o 1º eixo é
50 a capacitação continuada; o 2º eixo é a gestão de conhecimento e 3º eixo é a revisão do
51 processo de trabalho. Acrescentou que a partir desses três eixos é que está constituindo a
52 Política de RH e que a intenção é qualificar o Núcleo com pessoas que tem o perfil de trabalho,
53 cuja idéia é realizar um banco de dados mais completo dos trabalhadores da Secretaria.
54 Fabrícia falou que o detalhamento do quadro de RH que será apresentado foi um esforço muito
55 grande da equipe para condensar todas as informações, pois a Secretaria tem muitos
56 convênios, tem-se o problema de receber informações das entidades conveniadas das
57 pessoas que são contratadas. Acrescentou que a idéia é realmente construir um banco de
58 dados que seja alimentado freqüentemente com maior fidelidade dos números de profissionais
59 e onde eles estão lotados. Finalizou dizendo que esse processo é muito complexo e que
60 quando a NOB-RH for aprovada, com o Núcleo já composto a Secretaria terá condições de
61 qualificar essas informações para trazer ao Conselho e que este detalhamento ainda não é um
62 diagnóstico completo, mas é o que foi possível levantar até o momento. Fabrícia passou a
63 apresentação do Detalhamento do Quadro de RH da SMAAS para a outra representante da
64 Secretaria, Maria das Graças Coelho. Graça apresentou o 1º quadro – “Quadro de Pessoal
65 Efetivo”, dizendo que foi montado por gerência (nível 1) , tais como: Gerência Administrativa –

66 GEAD; Gerência de Coordenação da Política de Assistência Social – GPAS; Gerência de
67 Proteção Especial – GPES e a Gerência de Proteção Social – GPSO. Graça fez a leitura do
68 quadro, falando da divisão de gerência de nível 2 (tais como: GEAD; GERAD-AS; GINAF;
69 GEOFI-AS; GPAS, GEIMA, GGPAS; GPES, GABRI, GPROS, GEINE, GEPRE; GPSO, GEINP,
70 GPSOB), contendo o n.º de servidores efetivos, distribuídos da seguinte forma: 67 analista de
71 políticas públicas, 10 auxiliares administrativos, 27 assistentes administrativos, 20 cedidos, 14
72 recrutamento amplo, 3 recrutamento amplo/cedido, 9 educador social, lotados nas gerências,
73 totalizando 150 servidores do quadro de pessoal efetivo da Secretaria. Graça informou que em
74 relação aos servidores efetivos lotados no Gabinete da SMAAS, temos hoje 1 analista de
75 políticas públicas, 1 assistente administrativo, 1 cedido e 1 recrutamento amplo/cedido. Com
76 relação a Casa dos Conselhos, apresentou os seguintes dados: CMAS, 1 analista de políticas
77 públicas; CMDCA, 4 analistas de políticas públicas, 1 assistente administrativo e 1 cedido;
78 CMI, 1 cedido e na Casa dos Conselhos, 1 auxiliar administrativo. Na seqüência, Graça fez a
79 apresentação do 2º quadro – “Quadro de Pessoal Contratados por Contratos e Convênios” e
80 explicou que existem duas formas de contratação pela Secretaria que se dá através de
81 contratos e convênios. Falou que no caso dos contratos, que esses são feitos diretamente com
82 a Secretaria e que nos convênios esses se dão através das entidades que são: O Consolador,
83 Frei José Renato, ASMARE e ASSPROM. Graça fez a leitura dos dados contidos no quadro,
84 com as seguintes informações: contratados pela AMAS, 95 pessoas com nível superior e 25 de
85 nível fundamental e/ou médio; Consolador, 88 pessoas de nível superior e 134 de nível médio;
86 Frei José Renato, 1 nível superior; Temporário, 8 nível superior e 3 de nível médio; ASMARE,
87 8 nível superior e 1 nível fundamental e/ou médio; ASSPROM, 1 de nível superior; totalizando
88 364 pessoas do quadro de pessoal contratados. Posteriormente, Graça apresentou o “Quadro
89 de Pessoal Contratados pelo Convênio Providência Nossa Senhora da Conceição”. Explicou
90 que esse quadro foi condensado porque a informação não foi entregue detalhadamente, por
91 isso não se teve condições de detalhar para esta plenária. A informação obtida é que existem
92 21 contratados, sendo técnicos de nível superior, médio e fundamental e que estão lotados na
93 Gerência de Proteção Especial – GPES e que esse número vai ser somado ao quadro de
94 contratados no condensado. O próximo apresentado foi o “Quadro de Pessoal das Gerências
95 Regionais de Assistência Social”. Graça informou que nesse quadro também não foi possível
96 detalhar o quadro de pessoal por nível médio e superior por dificuldade de acesso a todas as
97 informações nas Regionais. As informações apresentadas no Quadro refere-se ao número de
98 pessoal efetivos lotados nas Gerências Regionais para trabalhar com a Assistência Social,
99 sendo: Barreiro 13 pessoas; Centro-Sul 20 pessoas; Leste 17 pessoal; Noroeste 12 pessoal;
100 Norte 10 pessoas; Oeste 8 pessoas; Pampulha 16 pessoas; Venda Nova 18 pessoas;
101 totalizando 131 pessoas. Graça colocou que outra dificuldade foi detalhar o nível de
102 escolaridade do pessoal dentro das nove regionais. No entanto, foi possível obter o seguinte
103 dado referente ao “Quadro de Pessoal Contratados Convênio AMAS”: nas nove GERAS –
104 NAF/CRAS, são 27 pessoas de nível médio e 22 de nível superior, totalizando 49 pessoas.
105 Graça informou que quanto ao tratamento dado aos estagiários existem três portas de entrada
106 deles na Secretaria e nas Regionais que ocorre através do DRH, FUMEC e PUC. A FUMEC
107 tem hoje convênio de 24 estagiários, a PUC são 42 estagiários e o DRH de aproximadamente
108 97 estagiários. Informou que os estagiários estão lotados nas diversas gerências da Secretaria,
109 nos serviços das Regionais (SOSF, etc) e nos Conselho de Assistência Social – CMAS e dos
110 Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. Graça falou da disposição dos estagiários de
111 acordo com a quantidade de vagas por Curso (Serviço Social, Psicologia, Direito, Ciências
112 Sociais, Ciências da Informação, Pedagogia, Administração de Empresas, Comunicação Social
113 e Ciências Econômicas). Concluiu sua apresentação fazendo a leitura do “Quadro de
114 Estagiários Lotados no Nível Central e Regional – Nível superior”. Graça finalizou dizendo que
115 esse é o quadro de RH que se tem hoje dentro da Secretaria e que está bem próximo do que
116 se quer construir dentro da Política de Assistência Social da SMAAS. Terminada a
117 apresentação foram feitos alguns comentários pela plenária. A conselheira Valéria Silva
118 Cardoso vice-coordenadora da Comissão de RH disse que a Comissão de RH tem se
119 debruçado sobre a NOB de RH e falou que foi feita uma exposição em plenária das
120 proposições da Comissão. Falou que a Comissão já se posicionou favorável ao conteúdo da
121 NOB. Disse que com a apresentação desse Quadro de RH pela Secretaria, a Comissão vai
122 estudar esse material e caso tenha alguma dúvida remeterão a Secretaria. A conselheira Maria
123 do Carmo Villamarim disse que apesar de algumas correções o quadro buscou contemplar a
124 solicitação que foi feita. Disse que agora a Comissão de RH vai debruçar e acertar o máximo
125 possível as informações, pois detectaram que tem ainda algumas “coisas” ainda a serem
126 acertadas. A conselheira Kátia Rochael Rodrigues perguntou se há algum detalhamento que
127 explicita por formação profissional os concursados e contratados (quantos assistentes sociais,
128 psicólogos, etc.) a conselheira Edna Lúcia Andrade do Carmo Pinto perguntou sobre como é
129 feita a supervisão dos estagiários dentro da Secretaria. A conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga
130 informou que toda proposta de supervisão segue uma orientação legal e que todo processo de
131 contratação tem também legislação acrescida das orientações específicas por áreas, cada

132 categoria tem as suas orientações. A orientação é de que cada estagiário tenha um
133 profissional responsável e que esse é um princípio que se trabalho. Falou que a Secretaria
134 está elaborando uma “Política Municipal de Estágio na Assistência Social” qualificando os
135 dados apresentados. Destacou que o estágio não é um processo solto, nem de mão de obra
136 barata e o que o desenho da política de estágio está centrado no tripé: aluno, universidade e
137 instituição, compreendendo que há responsabilidade das três partes no processo de formação.
138 A presidente Sandra Regina falou que a apresentação do detalhamento do quadro de RH foi
139 solicitado anteriormente à Secretaria e lembrou que em função de um ofício recebido pelo
140 Conselho do Ministério Público solicitando estas informações, o Conselho respondeu naquele
141 momento não ter essas informações do órgão gestor e que a partir de agora com esta
142 apresentação será remetido a Comissão de RH para analisar e fazer as considerações em
143 outra plenária. Logo após, Sandra registrou e agradeceu a presença dos colaboradores oficiais
144 do Conselho que foi um encaminhamento dado após a realização do Seminário sobre
145 Emendas Parlamentares. Agradeceu a presença da Professora Regina Coeli de Oliveira da
146 Escola de Serviço Social da PUC Minas e Dr. Celso Penna Fernandes Júnior do Ministério
147 Público. A Professora Regina Coeli agradeceu o convite recebido, dizendo ser muito
148 importante essa relação com a Política Pública de Assistência Social e solicitou que fosse
149 detalhado posteriormente qual é a expectativa dessa colaboração. Já o Dr. Celso Penna
150 Fernandes Júnior se apresentou dizendo ser promotor da Infância e Juventude e falou que foi
151 designado recentemente pelo Procurador Geral da Justiça para acompanhar as atividades do
152 CMAS. Falou que o Ministério Público tem um papel muito importante no avanço e
153 consolidação das políticas públicas no Brasil e enfatizou os Conselhos de Direitos como
154 instâncias fundamentais e que portanto, o Ministério Público obviamente não poderia ficar de
155 fora. Falou que o Ministério Público tem que atuar junto com a sociedade civil e governo,
156 ouvindo todos e tomando decisões dentro do que a lei estabelece. Finalizou dizendo ter o
157 Ministério Público um papel muito importante a ser ocupado na defesa dos interesses da
158 sociedade e se colocou à disposição, esclarecendo não ser um advogado do Conselho, disse
159 que o Conselho deve ter seu próprio advogado para resolver seus problemas jurídicos. Sandra
160 fez suas considerações dizendo que este é um momento histórico no Conselho, pois contará
161 com a presença da Universidade e do Ministério Público. Disse que a colaboração da
162 Universidade deve ser no sentido de ajudar aprimorar cada vez mais o controle social e a
163 qualificação dos conselheiros. Sandra finalizou dizendo acreditar que com esses colaboradores
164 poderemos construir um controle social de forma mais qualificada. Em seguida, Sandra passou
165 para a Conselheira Kled’Néa Martins Borges, Coordenadora da Comissão de Normas a
166 apresentação e discussão do 2º ponto de pauta – Renovação da Inscrição de Entidades de
167 Educação. Kleid’Néa fez a apresentação da renovação da inscrição do Colégio Loyola da
168 mantenedora Associação Jesuíta de Educação de Assistência Social – AJEAS. Informou que a
169 Entidade é de âmbito Nacional. O Colégio possui Renda Bruta de R\$17.591.918,88 e a
170 gratuidade a ser aplicada é de R\$3.518.383,80; a gratuidade aplicada em BH foi de
171 R\$2.262.351,89. O Colégio apresentou como justificativa de gratuidade os seguintes serviços:
172 1) Parceria com Entidades, com Ação Social Técnica (Região do Barreiro) para formação
173 profissional de 1.009 adolescentes, com Custo Anual de R\$291.972,01; parceria com a
174 Fundação Movimento Direito e Cidadania – Projeto Movimento ECOS (Região Centro-Sul)
175 para custear despesas com as oficinas de qualificação profissional para 2001 jovens em
176 situação de risco social, com Custo Anual de R\$200.000,00; parceria com o Centro Recreação
177 de Atendimento e Defesa da Criança e Adolescente - Circo de Todo Mundo, para custear
178 pagamento de bolsa auxílio para 200 crianças e adolescentes atendidos no Projeto de
179 Erradicação do Trabalho Infantil Doméstico, com Custo Anual de R\$250.000,00; parceria com
180 o Centro de Formação em Enfermagem de Minas Gerais para formação profissional pra 46
181 jovens no Curso de Auxiliar de Enfermagem (pagamento de bolsa de estudo, vale-transporte
182 aos participantes, uniforme e material didático), com Custo Anual de R\$78.093,02. Outra
183 justificativa de gratuidade é através de Parceria com o Poder Público: PBH/SMAAS através do
184 Programa Família Acolhedoras (pagamento de 100 bolsas – auxílio às famílias atendidas pelo
185 programa no valor de 1 salário mínimo) 100 famílias atendidas, com Custo Anual de
186 R\$326.960,00. Parceria com o Projeto de Renda Mínima (custeio do pagamento de 100 bolsas
187 auxílio/mês a 100 famílias atendidas pelo SOSF com crianças de 0 a 6 anos em situação de
188 exploração do trabalho infantil e/ou mendicância), com Custo Anual de R\$203.775,00.
189 Execução de projeto próprio através do Projeto de Arte e Cultura e Valorização Humana
190 desenvolvido no Espaço Loyola, projeto atende 200 adolescentes/jovens de 14 a 17 anos com
191 diversas oficinas de arte/cultura, com Custo Anual R\$320.000,00. Concessão de 83 bolsas
192 integrais e 06 parciais de 50% a 80% do valor da mensalidade vigente, de acordo com os
193 critérios da Resolução n.º 020/06, com Custo Anual de R\$591.551,86. Terminada a
194 apresentação foram feitos alguns comentários e aprovada a renovação com 27 votos a favor. A
195 outra entidade apresentada foi o Colégio Imaculada Conceição e Jardim Azul da mantenedora
196 Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social – SEIAS. Kleid’Néa disse que a
197 Comissão de normas avaliou e emitiu parecer favorável à renovação da inscrição. O Colégio

198 possui Renda Bruta de R\$5.579.376,37 e a gratuidade a ser aplicada é de 1.115.875,20; a
199 gratuidade aplicada em BH foi de 2.328.258,72. O Colégio apresentou como justificativa de
200 gratuidade os seguintes serviços: Educação de Jovens e Adultos – EJA no Ensino
201 Fundamental (1ª à 7ª séries) para 217 alunos com bolsas integrais, com Custo Anual de
202 R\$281.971,17; Concessão de 51 bolsas de 50% a 100% do valor da mensalidade, de acordo
203 com Resolução n.º 020/00, com Custo Anual de R\$119.730,89 e Manutenção da Obra Social
204 São José Operário, localizada na Região da Pampulha (Av. Otacílio Negrão de Lima, 7040)
205 para atendimento de 353 crianças/adolescentes na socialização infanto-juvenil, qualificação
206 sócio-profissional, geração de renda e ação emergencial básica, com Custo Anual de
207 R\$1.926.566,66. Terminada a apresentação foi colocada em votação e aprovada a renovação
208 com 28 votos a favor. Em seguida, Sandra passou para a apresentação do 3º Ponto de pauta –
209 Avaliação do Processo Eleitoral para mudança da Representação da Sociedade Civil para o
210 biênio 2007-2008. Sandra falou que a avaliação deve ser feita considerando alguns aspectos
211 do ponto de vista da organização do processo eleitoral, tais como: estratégias de mobilização
212 dos CRAS/CLAS, frequência das reuniões de CLAS, presença de usuários, representante de
213 entidades e de trabalhadores e estipular calendário para realização da Assembléia Regional.
214 Do ponto de vista dos conteúdos trabalhados, quais são os conteúdos das discussões nas
215 CLAS/CRAS e se o Regimento Eleitoral está sendo divulgado. Sandra ressaltou que a
216 avaliação deve contemplar nesse momento a fala dos gerentes regionais de Assistência Social
217 e do representante de usuário de cada Região para rapidamente falar como está
218 encaminhando esse processo nas regionais. Acrescentou que em novembro já tem eleição de
219 novos representantes para o Conselho. Logo após, passou a palavra para a Região Pampulha.
220 A conselheira Renilde Maria de Oliveira Mascarenhas Nassar falou que na Pampulha está em
221 processo de reunião das Comissões Locais e que estão terminando a primeira rodada de
222 reunião de todas as Comissões Locais e que está tendo um público até maior em relação as
223 outras reuniões já realizadas, por ser já de conhecimento público a publicação do Regimento.
224 Falou que esse ano vão ter vários candidatos com uma disputa acirrada e falou que vai
225 precisar de apoio desse Conselho junto nessa Assembléia. Acrescentou que além das cartas
226 convidando as entidades estão fazendo uma mobilização corpo a corpo desse processo do
227 Conselho, por isso as reuniões estão muito cheias. Falou que os NAF's também estão se
228 incorporando dentro da Comissão Local onde estão situados. Renilde informou que a
229 representante de usuário não veio, por estar com problema. Na seqüência Sandra convocou o
230 representante da Regional Norte. O conselheiro Paulo Emílio Gonçalves falou que como a
231 eleição é em novembro estão fazendo durante todo mês as reuniões regulares ordinárias em
232 todos os CLAS com a divulgação já da importância da participação no processo eleitoral. Falou
233 que a participação das entidades é muito fraca e que está fazendo as reuniões ampliadas no
234 sentido de reforçar a rede. Falou que a participação é em torno de 20 a 30 pessoas por
235 reunião. A conselheira Edna Lúcia, representante de usuário da Norte disse que estão
236 pensando uma forma de atuação mais de corpo para tentar conscientizar os usuários dessa
237 importância da participação nas comissões para esse processo eleitoral, colocando também
238 quais são as responsabilidades, obrigações e enfatizando que a participação do usuário é
239 fundamental para ajudar na continuidade da política. Conclui dizendo que estão batalhando e
240 trabalhando para reverter esse quadro. O próximo foi o representante da regional Nordeste,
241 Geraldo de Abreu Fernandes que informou que das 5 sub-regiões, em 3 sub-regiões a
242 participação tem funcionado razoavelmente bem, principalmente aquelas aonde estão
243 implantados os NAF's. Exemplificou com o NAF da sub-região 2 (Paulo VI) onde as reuniões
244 são super disputadas, são em média de 100 a 150 pessoas em cada reunião. Falou que na
245 sub-região IV (União) também tem uma participação boa e que estão tentando buscar
246 inclusive nas outras 2 sub-regiões uma participação maior, falou que inclusive chamaram o
247 Domingos Sávio de Araújo para dar um treinamento na equipe de assistentes sociais da
248 Nordeste, visando buscar melhores condições para trabalhar essa questão. Solicitou interesse
249 em saber da agenda das outras regionais para montar sua programação. O conselheiro
250 Aristeu Ferreira, representante de usuário da Nordeste disse que é da sub-região 1 e que lá a
251 participação não é boa é muito fraca. Falou que é um problema que precisa ser trabalhado até
252 o final do ano. Logo após, Sandra convocou a Regional Leste que estava ausente e passou a
253 palavra para a representante de usuário, Creuza Eni de Jesus Ferreira. Creuza falou que a
254 última reunião que tiveram o pessoal compareceu e está tendo facilidade para estar
255 conversando e orientando as pessoas. A conselheira Kátia Rochael Rodrigues falou que na
256 Regional Noroeste estão preparando bem o processo e vem discutindo isso desde julho,
257 informou que são 8 CLAS, sendo que em 2 CLAS vão referendar os conselheiros, nos outros
258 vai haver renovação. Informou que fizeram um cronograma de capacitação abordando a
259 história da Assistência Social e sua organização atual. Falou que organizaram as capacitações
260 conforme o perfil do usuário. Informou que o processo está bem encadeado articulando isso ao
261 processo de capacitação. Falou da agenda em outubro e setembro com reuniões em cada
262 CLAS. Solicitou ao conselho que do ponto de vista da discussão política seria muito importante
263 está presente e convidou para a capacitação no próximo sábado (dia 26/08/2006 – 13:00 às

264 18:00h) na Rua Peçanha,144 e também para as reuniões de CLAS que vão acontecer
265 principalmente em outubro. O representante de usuário da Noroeste justificou sua ausência.
266 Sandra passou a palavra para Regional Oeste, Fausto de Souza. Falou que todo mês os
267 CLAS se reúnem e que o tema tem sido o processo eleitoral e que existe a preocupação com
268 a formação do pessoal que esteja querendo ser conselheiro. Falou que é Aparecida Carneiro
269 que acompanha mais de perto as CLAS e que o CRAS tem se reunido e discutido o
270 cronograma para as reuniões e que na mobilização tem procurado caminhar com uma média
271 de 20 a 30 pessoas. A representante de usuários Maria Aparecida Bayão da Oeste disse que
272 considera boa a participação e que as reuniões ocorrem por micro que são 4, disse que há uns
273 três meses estão fazendo reunião conscientizando e chamando o povo para participar e
274 colocando a importância da participação do usuário no CRAS e nas CLAS. Falou que a
275 participação na micro Betânia está fraca e que estão tentando resgatar. A próxima foi a
276 Regional Venda Nova, o conselheiro Gilson Pinheiro Marques Júnior falou que são 9 CLAS e
277 desses 9 cerca de 6 estão tendo reuniões freqüentes. Falou que o CLAS do NAF é o mais
278 organizado e o que tem maior participação e falou que já estão fazendo mobilização
279 divulgando a eleição. E quanto às entidades, o comparecimento é quase zero das entidades de
280 Venda Nova. A representante de usuário de Venda Nova, Maria Aparecida Pereira Penido
281 disse discordar da informação dada por Gilson, pois no seu CLAS não acontece reunião a
282 bastante tempo e que na última reunião de CRAS não foi discutido o processo eleitoral, só foi
283 entregue o Regimento Eleitoral sem nenhuma discussão. Conclui dizendo ser mínima quase
284 inexistente a divulgação do processo eleitoral. Em seguida, Sandra passou para a Regional
285 Barreiro. A conselheira Kleid'Néa falou que a divulgação do processo eleitoral está sendo feito
286 nas reuniões de CRAS, com reunião ampliada onde foi apresentado o Regimento Eleitoral.
287 Informou que fizeram um calendário onde cada responsável pelo CLAS que são 5 vão fazer
288 essa discussão mais aprofundada. Falou que tem sido divulgado no Fórum DCA e nos outros
289 espaços. Falou da divulgação no 5º Encontro com as Entidades Sócio-assistenciais, onde
290 também foi colocado esse ponto de pauta, falando inclusive da importância da participação das
291 entidades. Irão folhetos de divulgação que vai ser feito no Plantão Social e no Bolsa Família,
292 pela proximidade de público. Falou que isso tudo está no planejamento para ser discutido com
293 o pessoal nas reuniões. A representação de usuário do Barreiro estava ausente, bem como a
294 representação da Região Centro-Sul (usuário e regional). Sandra finalizou este ponto de
295 pauta dizendo ser muito importante esse relato das diversas regiões, sabendo que cada uma
296 tem suas especificidades, mas que a partir desses relatos, a Comissão de CRAS/CLAS
297 Eleitoral irá pensar o que pode ser feito no sentido de apoio, buscar novas estratégias para
298 aprimorar esse processo de mobilização e divulgação nas regiões. Sandra informou que a
299 próxima reunião da Comissão Eleitoral ocorrerá dia 25/08 e que acontecerá com esse objetivo.
300 Em seguida, Sandra passou para o quarto ponto de pauta – Previsão Orçamentária do Fundo
301 Municipal de Assistência Social para 2007. Sandra passou para a conselheira Maria do Carmo
302 Villamarim, Coordenadora da Comissão de Financiamento. Maria do Carmo falou que houve
303 três rodadas de discussão da previsão orçamentária na comissão, onde a comissão se
304 debruçou sobre o material que a secretaria trouxe para discussão. Lembrou que a plenária era
305 para ter acontecido dia 16/08 e não aconteceu porque o material com as mudanças apontadas
306 pela Comissão não chegou a tempo. Disse que o material inicial era ainda muito contábil e que
307 a Comissão solicitou que deixasse claro para os conselheiros onde que o dinheiro está
308 realmente sendo investido e quanto custa cada serviço. Lembrou que o serviço da proteção
309 especial são serviços mais caros pela própria característica dos serviços, do público atendido e
310 das demandas desse público. Apontou como um aspecto positivo observado na Previsão a
311 inversão no modelo de atendimento no sentido de promover a desinstitucionalização como por
312 exemplo no aumento de recurso para os grupos de convivências para o idoso em detrimento
313 das instituições de longa permanência. Disse que em relação ao atendimento a população de
314 rua o recurso ficou mais estagnado, com modalidades inclusivas. Finalizou dizer que no geral
315 após análise e discussão da Comissão o parecer é favorável à aprovação da Previsão
316 Orçamentária. Logo após Sandra Regina passou a apresentação do documento contendo a
317 “Proposta Orçamentária 2007” dos recursos do FMAS para representante da SMAAS, Maria
318 Aparecida Oliveira. Maria Aparecida apresentou a planilha contendo os valores dos serviços de
319 Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Gestão da Política de Assistência Social,
320 Gestão de Pessoas, Gestão de Regulação do SUAS / Apoio ao Conselho, Comunicação e
321 Mobilização Social, Sistema de Monitoramento e Avaliação e o Serviço de Informação e
322 Informatização. Ela explicou cada serviço e falou da origem dos recursos. Disse que na
323 Proposta Orçamentária para 2007, o Orçamento está previsto da seguinte forma: - Serviços de
324 Proteção Social Básica = R\$ 20.736.143,00, que representa 55% do Orçamento; nos Serviços
325 de Proteção Especial = R\$ 14.848.268,00, que representa 40% do Orçamento e Gestão da
326 Política de Assistência Social = R\$ 1.750.463,00 que representa 5% do orçamento, totalizando
327 um orçamento de R\$ 37.334.875,00. Apresentou também uma tabela com o resumo geral das
328 fontes de recurso do FMAS (ROT, União e Estado). Finalizou a apresentação esclarecendo
329 sobre o recurso das clínicas de atendimento a pessoa com deficiência, enfatizando a expansão

330 do Muriki e sobre as ações executadas pela AMAS. Terminada a apresentação forma feitos
331 comentários e esclarecimentos em relação a previsão. A conselheira Maria do Carmo
332 perguntou se a ação da AMAS se tem supervisão, uma vez que são executadas com o recurso
333 do Fundo. A conselheira e representante da AMAS, Vanessa Villarreal disse que a supervisão
334 se dá através da prestação de contas que a AMAS passa por Auditoria. Quanto a supervisão
335 técnica direta existe uma discussão com a PBH para adequação do processo, para discussão
336 e construção conjunta. Léa acrescentou que existe inclusive uma discussão governamental
337 interna revendo a natureza e característica da AMAS para, uma vez que a discussão aponta
338 que a AMAS não tem essa característica governamental, isso significa redesenhar a AMAS,
339 abrindo todos os convênios com a Secretaria. A conselheira Nelly Costa Bittencourt fez as
340 suas considerações em relação aos 30% de redução dos recursos das clínicas e pediu
341 esclarecimentos quanto os recursos retirados da Assistência Social para o programa de
342 atendimento a criança/adolescente com deficiência que seriam transferidos para a saúde. Nelly
343 solicitou que as clínicas pudessem também participar na elaboração do diagnóstico que será
344 realizado. A representante da Secretaria Carla Machado, esclareceu que a plenária passada
345 quando foi apresentada e discutida. A proposta do convênio com as clínicas, o que foi
346 dito é que este serviço é de competência da saúde e que a saúde tem condições para a
347 ampliação deste serviço. Completou dizendo que o que vai ser passado para a saúde é toda
348 parte que é de competência dela de imediato, ou seja, a parte da habilitação e reabilitação,
349 sendo que o restante fica na assistência para a ampliação do Muriki. Carla esclareceu que no
350 próximo ano estes 30% que foram reduzidos é que pagará o diagnóstico. Léa Lúcia ressaltou
351 que esta foi apresentada pela prefeitura, pautada, discutida e aprovada por este Conselho e a
352 Secretaria vai implementar de acordo com o Conselho e suas orientações. O conselheiro
353 Márcio Almeida Dutra esclareceu que estamos discutindo é um novo modelo de acolhimento
354 para as crianças e adolescentes que tenham problemas de habilitação e reabilitação na área
355 da saúde. Acrescentou que os 30% significa atingir um universo de 750 crianças no universo
356 de 6.000 crianças, equivale aproximadamente 10%. Após todas as considerações feitas na
357 plenária. Sandra destacou novamente a importância da realização do estudo de custo dos
358 serviços de estarem presentes no Orçamento e encaminhou a proposta de formação de uma
359 comissão para acompanhamento dessa discussão e no processo de elaboração do
360 diagnóstico, ficando constituídas dos seguintes conselheiros: Edna Lúcia A. do Carmo Pinto;
361 Sandra Regina Ferreira Barbosa, Nelly Costa Bittencourt, Márcio Almeida Dutra e José Carlos
362 Dias Filho. Em seguida foi encaminhada a votação da Proposta Orçamentária 2007
363 apresentada pela SMAAS, sendo aprovada com 21 votos a favor e 1 contrário. Logo após,
364 Sandra passou para a conselheira e representante da SMAAS Darci Maria de Souza Vilaça, a
365 leitura do Comunicado, apresentado e discutido na última reunião da Comissão de
366 Financiamento, que foi incluído na pauta desta plenária. Darci leu o Comunicado referente ao
367 remanejamento de 139 per capita da entidade Associação Crescendo com Amor para a
368 entidade Centro de Educação Especial INAPLIC, totalizando R\$3.573,98, oriundos do SAAC –
369 União para executar o atendimento às crianças e adolescentes com deficiência e suas famílias.
370 O Comunicado foi referendo pela plenária. Logo após, Sandra passou aos informes. A
371 conselheira Léa Lúcia informou que será realizado no dia 28/08/06 às 9:30 horas no Plenário
372 da Câmara Municipal uma Audiência Pública com o objetivo de discutir a regulamentação do
373 Sistema Único de Assistência Social em BH. Falou que ter o Sistema Municipal em Lei é um
374 primeiro passo para definição de uma política dentro da cidade. Ressaltou a importância da
375 participação de todo o Conselho, ampliando esse convite para os CRAS/CLAS entidades,
376 organização dos trabalhadores fazendo uma ampla mobilização, dando visibilidade para esse
377 momento. Em seguida, a conselheira Maria do Carmo enquanto membro da Comissão de RH
378 e visto que a Coordenadora está ausente e a vice-coordenadora teve que sair antes da
379 plenária fez a consulta no plenário sobre os conselheiros interessados em participar da
380 Reunião ampliada da Comissão de RH para discutir a NOB-RH/SUAS, que estava pré-
381 agendada para o dia 30/08. Explicou que só acontecerá esta reunião se tiver interesse e
382 compromisso de participação dos conselheiros na reunião. Não houve manifestação formal de
383 conselheiros interessados em participar, ficando cancelada a reunião. Nada mais havendo, eu
384 Léa Lúcia Cecílio Braga, Secretária Geral do Conselho Municipal de Assistência Social, lavro e
385 assino a presente ata. Belo Horizonte, 23 de agosto de 2006.